

tução cria uma atmosfera desigual, porque, se num lado, o da Divisão Técnica verificou-se franca ascensão da carreira de Assistentes Sociais e de Assistentes Técnicos — o restante do funcionalismo, de outras carreiras, tanto de uma como partição não possui um quadro legalmente estruturado como deverá ser para boa harmonia da administração.

Essa situação, mais do que nunca, agora é insustentável, já pelo aumento de atribuições do SSE (Educandário de Jacaré, Amparo à Mulher, Abrigo do Serviço Social, Campanha Contra a Falsa Mendicância) já pelo número de novos servidores que foram designados para servi-lo e que precisam ser colocados devidamente, em funções peculiares a cada um.

REQUERIMENTO N. 581, DE 1960

Sr. Presidente

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar incumbida de investigar "in loco" a situação agro-pecuária da Alta Sorocabana requero a prorrogação do prazo de vigência da mesma por mais 60 dias.

Sala das Sessões, 28 de junho de 1960.
(a.) Leonardo Ceravolo — Presidente da Comissão.

REQUERIMENTO N. 582, DE 1960

Requeremos ao Poder Executivo, nos termos regimentais, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, informar qual a situação do projeto existente no Departamento de Estradas de Rodagem, que trata da ligação de fertilíssimo Distrito de Biguaí com a cachoeira do Rio Biguaí, no Município de Miracatu, até a BR-2.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1960.

a) — Vicente Botia

Justificativa

O Vale do Rio Biguaí, situado no Distrito de Biguaí, no Município de Miracatu é composto de terras fértilíssimas. Seu clima é excelente. A cultura da pimenta do reino, do cacau, das seringueiras, dos citricos e das cereais, em geral, encontra ali a sua Canham, a terra prometida. Sua população, não obstante, a riqueza do solo e o trabalho útil que desenvolve em benefício da coletividade se utiliza, ainda, de trilhadas centenárias. A caminhada é feita invariavelmente a pé, cobrindo cerca de 11 ou 12 quilômetros que mediam entre a Estação de Biguaí e uma cachoeira localizada no Rio Biguaí. Por incrível que pareça, esta é a situação de um bom número de brasileiros que vê e ouve falar na descantada integração nacional. Terras de primeiríssima ordem, clima excelente, cachoeira que poderia ser aproveitada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica e um povo à margem nas barbas da cidade que mais se desenvolve no mundo, sem nenhuma atenção do Poder Público.

Este o retrato, em rápidas pinceladas, dos que morream de sol a sol no Distrito de Biguaí, Município de Miracatu, no ato de produzir para o mais rápido desenvolvimento nacional.

Em 30 de junho de 1953, exatamente há cinco anos atrás, o sr. Secretário da Viação e Obras Públicas do governo do Sr. Jânio Quadros ao responder o G. E. n. 1.028, do Sr. Governador, informou, através do ofício n. 1.449, daquela data, "que seria construída em fins de julho do mesmo ano de 1953", a estrada planejada através do patético apelo dirigido ao Poder Público, pelos moradores do Vale do Rio Biguaí.

Confiante na palavra do Governo de São Paulo, e enfrentando os maiores sacrifícios, anteciparam o progresso construindo boas moradias com o material todo carregado em lombo de muare, à maneira dos Séculos XVI e XVII a fim de incrementarem a marcha da produção. Locada duas vezes, em 1955 e em 1956, com todos os orçamentos e estudos terminados a estrada prometida ficou para as calendas, e o homem no abandono por ter confiado, talvez com algum excesso na palavra do Governo.

Os anêis, agora mais patéticos, prosseguiram durante quatro anos. Em janeiro do corrente ano, não se podendo conformar com a situação de abandono a que foram relegados os moradores do Vale voltaram a carga dirigindo representação ao Governo do Estado, solicitando o cumprimento daquela promessa.

Desde essa data aguardam o pronunciamento do Poder constituinte do lá com alguma impaciência, sentindo uns que, talvez, lhes sobrevenha o pior, e outros, ainda confiantes no alto descolino do eminente Governador de todos os navilistas Professor Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto no dinâmico Secretário da Viação, Brigadeiro Faria Lima e no diligente Presidente do Conselho Redentário do Estado, Conde Lauro Siciliano.

São condições mínimas e indelencíveis para solução do aneurístico problema lá objeto de reportagens da "Folha da Noite" e de outros periódicos de São Paulo, que o Processo 5.0562 seja desengavetado ou desde logo, no Plano de Ação Administrativa do Governo do Estado, seja incluído projeto de construção de uma pequena rodovia ligando o Distrito de Biguaí à BR-2 e, consequentemente à Estação de Biguaí como meio de subsistência e de comunicação de numeroso grupo que persegue a realização de um objetivo de interesse geral.

REQUERIMENTO N. 583, DE 1960

Sr. Presidente

Está funcionando em Ribeirão Preto, há mais de seis meses, o Canal 3 da Televisão Tupy, dos "Diários e Emissoras Associados", o que sem dúvida, significa mais um fator de progresso para a grande cidade da Alta Mogiana e mais um atestado da pujança da cadeia de jornais, rádios e televisão dirigida pelo sr. Assis Chateaubriand.

Em Ribeirão Preto, a TV Tupy vem sendo dirigida pelo dr. Ney Mattar, jovem advogado, jornalista e radialista, profissional da imprensa fidada e escrita que se impôs à admiração e ao respeito da sociedade ribeirãopretana graças ao seu espírito culto, caráter lano e dedicação às causas de interesse de toda a coletividade. Redator do "Diário da Manhã" e da ZYR-79, daquela cidade, presidente da Delegacia local do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e membro da diretoria da Associação Regional de Rádio e Imprensa de Ribeirão Preto, Ney Mattar está imprimindo às suas novas atividades, como diretor da TV Tupy, a marca inconfundível de sua personalidade, motivo pelo qual os programas ora apresentados no Vídeo de Ribeirão Preto são sempre de elevado interesse social e vêm merecendo o apoio da sociedade ribeirãopretana em geral.

Faço ao exposto, Requeremos, nos termos regimentais, conste da ata de nossos trabalhos um voto de congratulações com o sr. Edmundo Monteiro, diretor dos "Diários Associados", pela inauguração da TV Tupy em Ribeirão Preto, bem como com o sr. Ney Mattar, pelo acerto com que vem dirigindo aquela estação televisora, oficiando-se aos homenageados sobre a decisão desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, 30 de junho de 1960.

(a) Luciano Lepera

REQUERIMENTO N. 584, DE 1960

Nos termos regimentais, requeremos seja consignado na ata de nossos trabalhos um voto de congratulações com o Serviço de Rotas da 4.ª Zona Aérea, do Ministério da Aeronáutica, sediado nesta Capital, pela passagem, no dia de hoje, de mais um aniversário de sua criação.

Outrossim, requeremos seja oficiado àquele Serviço, dando-se ciência desta homenagem do povo de São Paulo, através de seus representantes nesta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, aos 30 de junho de 1960.

(a) Lol Neto

Justificativa

Todos aqueles que, a qualquer título, têm qualquer relação com a aeronáutica em nosso país, principalmente em São Paulo, reconhecerão de pronto a justiça da medida ora proposta, à vista dos grandes serviços que vêm prestando à aviação, em todos os seus setores, o Serviço de Rotas da 4.ª Zona Aérea, sediado nesta Capital.

Entretanto, para melhor falar da quantidade e qualidade dos trabalhos prestados por aquele Serviço anexamos ao presente um relatório de suas atividades que, por si só, fala da justiça desta homenagem.

REQUERIMENTO N. 585, DE 1960

Requeremos, nos termos regimentais, seja consignado, na Ata dos nossos trabalhos, um voto de congratulações com o Banco da Lavoura de Minas Gerais, pela instalação da Agência de São Carlos.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1960.

(a) Vicente Botia

Justificativa

Cidade, cujo comércio e indústria situam-se entre as mais importantes do Estado, pelo seu poderio econômico, não poderia permanecer, por mais tempo, sem o concurso desse poderoso estabelecimento de crédito que é, sem favor, o Banco da Lavoura de Minas Gerais.

Além disso, possui o município grande número de propriedades agrícolas, que muito se beneficiarão com a assistência que este lhes proporcionará.

Não só a direção do estabelecimento está de parabéns como a própria cidade, que conta agora com os préstimos de mais esse extraordinário empreendimento.

REQUERIMENTO N. 586, DE 1960

Requeiro conste nos anais da Casa um voto de louvor aos senhores Dr. Demosthenes Martino e Alberto José Alves, o primeiro ex-chefe do Gabinete da 1.ª Secretaria da Sessão Legislativa que se findou, e o segundo, auxiliar do mesmo Gabinete, na mesma sessão legislativa, pelos trabalhos destacados que prestaram, pela sua operosidade e afabilidade no trato.

Justificativa

Nestes tempos em que certos funcionários, senhores de comissionamentos destacados, assumem atitudes agressivas, quer pela sua inacessibilidade, quer pela rudeza com que atendem a todos, a distinção e a fidalguia destes dois eminentes auxiliares da administração do Estado, atendendo a todos com cordialidade, com inteligência e total eficiência, merece, de nós, este requerimento, que não vislumbra agradar a quem já não é o que foi, mas continua a merecer a admiração pelas suas atitudes no passado, inclusive quando Diretores do Departamento Médico do Serviço Civil do Estado.

Sala das Sessões, 30 de junho de 1960.

(a) Dante Perri

REQUERIMENTO N. 587, DE 1960

Requeremos, nos termos regimentais, seja consignado, na Ata dos nossos trabalhos, um voto de congratulações com o Rotary Clube de São Carlos pela doação à Prefeitura Municipal, de um Parque Infantil instalado junto à Casa da Criança.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1960.

(a) Vicente Botia

Justificativa

O Rotary Clube, instituição benemérita de âmbito internacional, tem sua finalidade voltada para os princípios da segurança, da paz e do bem-estar da humanidade. Cada novo órgão que se cria, propugna pelos mesmos ideais de benemerência e de amor à causa. Assim é que, embora com pouco mais de um decênio de vida, o Rotary Clube de São Carlos, cumprindo a missão a que se propôs, muito tem feito pela coletividade da cidade que lhe empresta o nome. Um de seus últimos feitos é a doação objeto deste requerimento. Que ele continue, com o nosso estímulo e reconhecimento a desempenhar seu importante papel de benfeitor da humanidade, é o voto que fazemos extensivo a todo o organismo que representa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, sejam anexados ao Projeto de lei n. 407, de 1960, de minha autoria, os documentos inclusos.

Sala das Sessões, 28 de junho de 1960.

(a) Pinheiro Junior

REQUERIMENTO

Nos termos regimentais, requeremos a anexação dos documentos anexos a este ao Projeto de Lei n. 207, de 1960, de nossa autoria, que dispõe sobre a criação de núcleos residenciais operários. Trata-se de ofício através do qual a Câmara Municipal de Jundiá remete cópia de requerimento aprovado por aquela Edilidade manifestando apoio ao referido projeto.

Sala das Sessões, aos 24 de junho de 1960.

(a) Roberto Cardoso Alves

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, a designação de relator especial para o Projeto de Lei n. 548, de 1959, de minha autoria, que visa a criação do Gráfico Estadual de Herculândia, e que se encontra na Comissão de Finanças desde 24-5-60, distribuído ao Deputado Fernando Mauro e ainda sem parecer.

Sala das Sessões, 28 de junho de 1960.

(a) Luciano Nogueira Filho

MOÇÕES

MOÇÃO N. 38, DE 1960

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, traduzindo o sentimento geral aos trabalhadores de todas as profissões do Estado, associados dos Instituto de Previdência, dirige-se ao Parlamento Nacional para solicitar a aprovação imediata da Lei Orgânica da Previdência Social, ora em tramitação nas duas Casas do Congresso, conservando-lhe, outrossim, de acordo com o projeto original, os artigos que tratam o Monopólio de Seguros e a Fundação da Casa Própria, como prerrogativas exclusivas dos Institutos.

Sala das Sessões, 28 de junho de 1960.

(a) Luciano Lepera

Justificativa

Continua na pauta dos trabalhos do Parlamento Nacional, após dez longos anos de sucessivas profetações, o projeto de Lei Orgânica da Previdência Social. Esta lei representa uma velha aspiração dos trabalhadores brasileiros. O projeto original, quando ainda não destituído de alguns artigos progressistas e inteiramente favoráveis aos interesses da classe trabalhadora, foi terrivelmente sabotado por grupos econômicos não satisfeitos com o seu conteúdo. Grandes interesses de grupos financeiros internacionais, nele estavam em jogo, assim como de grupos nacionais, em virtude de dois aspectos altamente positivos e benéficos à Previdência em nosso país. Um deles, o do monopólio de seguros para os Institutos, tirava das companhias particulares, quase todas estrangeiras, lucros do bilhão de cruzeros, auferidos à custa dos descontos feitos nos miseráveis salários, e que pouco ou quase nada, revertiam em benefício dos trabalhadores. Podemos afirmar que tais somas, alcançadas pelas companhias de seguros constituíam, e ainda constituem, verdadeiras sangrias à economia nacional, pois transformados em lucros, todos os anos, vão enriquecer as suas matrizes em detrimento do Brasil. Não conservar o monopólio dos seguros para os Institutos, é o mesmo que mutilar o sistema previdenciário em nosso país. Além do mais, representa despojar o Brasil de recursos financeiros tão indispensáveis nesta quadra do seu desenvolvimento econômico. Outro problema, relacionado com a própria sobrevivência da Previdência Social, é o que diz respeito à Fundação da Casa Própria. Essa Fundação, atualmente, está sob a administração dos Institutos. Entretanto, os inimigos da previdência e os que desejam locupletar-se com as rendas propiciadas por este organismo, querem tornar esta entidade num Instituto da Casa Própria, completamente autônomo, sem a interferência dos Institutos. Se estas teses forem, por infelicidade, vitoriosas, os Institutos ver-se-ão totalmente tolhidos das suas principais fontes de renda, dificultando-lhes a ação benéfica. Assim, torna-se fácil, a todas as pessoas não afeitas aos problemas previdenciários, localizarem as razões pelas quais pretendem agora, no Congresso Nacional, no ensejo das últimas discussões da Lei Orgânica da Previdência Social, torpedear esta lei em seus pontos mais nevralgicos e fundamentais. Sem o monopólio dos seguros e privados das rendas da Fundação da Casa Própria, apenas restarão para os Institutos obrigações sem bases financeiras, com reflexos desmoralizantes para os mesmos e para as suas administrações. Isto acontece, porque os inimigos da previdência, e os reacionários mais empedernidos, estão verificando que, mais dias ou menos dias, estes órgãos passarão, inapelavelmente, para a direção honrada dos próprios trabalhadores. Diante da imposição insofrecível dos novos tempos em que vivemos, criam-se as condições "legais" para entregarem-se, aos trabalhadores, Institutos cambaleantes, incapazes de uma direção independente e tolhendo-lhes todas as fontes de recursos financeiros. Por julgarmos inaceitáveis estas condições para os Institutos, é que dirigimos veemente apelo, consubstanciado na presente Moção, ao Parlamento Nacional para que aprove, imediatamente, a Lei Orgânica da Previdência Social conservando-lhe as prerrogativas do monopólio de seguros e da Fundação da Casa Própria.

MOÇÃO N. 39, DE 1960

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige-se ao governo federal, através desta Moção, solicitando providência em favor dos anjados do IAPC, que, trabalhando há muitos anos no hospital da referida autarquia em São Paulo, acham-se agora ameaçados de dispensa. Tais funcionários, enfermeiros formados e práticos na sua maioria, são indispensáveis ao bom funcionamento do mercado nosocômico. São pessoas habilitadas, competentes e profundamente dedicadas aos serviços. Tanto assim que, embora não recebendo seus salários há seis meses, prosseguem trabalhando a contento, na expectativa de efetivação.

Consta que haverá, agora, a dispensa, a fim de que posteriormente, haja a efetivação desses servidores. Tal prática não nos parece justa nem de interesses do funcionamento do hospital do IAPC. O justo, o certo, o pleiteado por todos é a manutenção dos atuais servidores adjudicados e a sua imediata no-